



E AGORA, BOLSONARO? O DESAFIO DA GOVERNABILIDADE

Eleito presidente da república, Jair Bolsonaro tem uma extensa agenda de propostas que pode ser agrupada em três grandes temas:

- ordem econômica;
- assuntos de natureza moral;
- questões de segurança pública.

Ele terá pelo menos dois desafios imediatos para levar sua plataforma de mudanças à aprovação e à implementação, e não frustrar rapidamente a expectativa de seus apoiadores.

O primeiro desafio será no Congresso, em que o novo governo vai precisar garantir o apoio de três quintos dos parlamentares para viabilizar a aprovação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) necessária, por exemplo, para a apreciação de reformas como as da previdência e tributária. Se olharmos para a composição das bancadas nas duas casas, Câmara dos Deputados e Senado, o caminho não parece ser tão difícil. Como terá oposição mais sistemática de Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rede e Partido Democrático Trabalhista (PDT), que juntos somam 136 (26%) de 513 deputados, o novo governo terá uma boa margem de negociação com as demais siglas, inclusive o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que tem se orientado para a defesa de reformas e redução da presença do Estado na economia.

Todavia, mais importante é entender o peso da orientação de bancadas parapartidárias (como a evangélica, a do setor agropecuário, a da segurança pública ou a do chamado Centrão), uma vez que costumam atuar de maneira coesa, à margem da orientação partidária, conforme o tema em tela.

No Senado, a oposição mais aguerrida será formada por 17 senadores do PT (6), Rede (5), PDT (4) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) (2). O governo Bolsonaro, caso tenha habilidade de articulação, terá margem de negociação com 64 dos 81 senadores. Entretanto, o

comportamento destes tende a ser menos coeso que o dos deputados, uma vez que as bancadas parapartidárias têm pouca influência nessa casa. Para a agenda do governo, é importante que se defina quem vai comandar essa casa legislativa. Com 12 senadores, a maior bancada, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), emerge como o partido que assumirá o comando do Senado. Assim, se na Câmara o governo pode ter vida fácil, no Senado terá de ter um esforço bem maior de negociação.

O segundo desafio será definir a ordem de prioridade na agenda, pois são questões com alto potencial de conflito. Se considerarmos a reforma da previdência como prioridade, o novo governo tem dois caminhos, ambos incertos quanto aos resultados. O primeiro é levar adiante a PEC já apresentada por Michel Temer. Quando de sua tentativa de votação, o governo Temer não tinha garantido sequer o número mínimo de deputados para que a proposta avançasse ao Senado. A derrota em uma proposta crucial para os interesses do governo pode enfraquecê-lo e comprometer o trâmite de outras proposituras.

O segundo caminho consiste em iniciar uma nova proposta para a reforma da previdência. Para além de procrastinar um problema de ordem fiscal, o risco é reiniciar o debate de um tema controverso e que requer negociações com interesses corporativos que estão representados no novo governo – como é o caso dos militares, que resistem em incluir a corporação nesse debate.

Como se vê, apesar de não existirem dificuldades aparentes na relação com o Congresso para a governabilidade, o presidente Jair Bolsonaro terá desafios enormes para conduzir pautas importantes para o seu governo. Aproximar o máximo do consenso, dividindo proporcionalmente com todos os segmentos sociais eventuais sacrifícios, é o resultado que se espera. Esse deverá ser o papel do legislativo não apenas como casa do povo, mas também enquanto um dos guardiões da democracia.

CHEGAR O MAIS
PRÓXIMO POSSÍVEL DO
CONSENSO E DIVIDIR OS
SACRIFÍCIOS COM TODOS
OS SEGMENTOS SOCIAIS:
SERÁ ESSE O CAMINHO
DO NOVO GOVERNO?